

DEBATER
A EUROPA

11

jul-dez 2014

QUE EUROPA(S)?
CONTEXTOS E DESAFIOS

Mário Soares e a Europa: retaguarda e horizonte

Dina Sebastião

Doutoranda FLUC

Colaboradora CEIS20

E-mail: dinasebastiao@gmail.com

Resumo

Tendo como referência o pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias, conduzido pelo I Governo Constitucional após o 25 de Abril de 1974, chefiado por Mário Soares, explora-se os antecedentes europeístas deste socialista, buscando os fundamentos para o papel político e ideológico que a Europa teve no seu percurso. Para isso, recua-se no seu trajeto político até à sua ação de oposição à ditadura. Neste sentido, analisa-se a relação de Soares com a Europa de 1960 a 1976, concluindo-se que a Europa teve simultaneamente um papel de retaguarda, enquanto apoio político, e de horizonte, enquanto projeto de unidade política defensável para um Portugal democrático.

Palavras-chave: socialismo; União Europeia; Mário Soares; oposição portuguesa; integração europeia

Abstract:

Having in mind the Portuguese accession to the European Communities, signed by the 1st Constitutional Government after the 25th April 1974, led by Mário Soares, it's intended to explore the europeism background of this socialist, researching the foundations of the political and ideological role that Europe had in his path. From 1960 to 1976, the relation between Soares and Europe is analysed. The conclusion points out that Europe played simultaneously a background and horizon role, while conceived as a project of political unity suitable for a democratic Portugal.

Key Words: Socialism, European Union, Mário Soares, Portuguese opposition; European integration

Exploramos nas próximas páginas a relação de Mário Soares com a Europa, de 1960 a 1976, analisando-a em duas vertentes: a sua relação política e pragmática com a Europa, assumindo-se a Europa como instrumento, meio de oposição ao Estado Novo; e a outra vertente, mais levemente analisada, é a sua relação ideológica com a Europa – a forma como se apropria da identidade e da ideia de unidade europeia para desenvolver, criar um projeto para o futuro do Portugal pós-ditatorial.

É nesta dupla relação, ideológica e pragmática, que se encaixa o paradigma de retaguarda e horizonte. A Europa foi retaguarda, enquanto suporte material, palco de atuação política na oposição, de estabelecimento de relações diplomáticas, de credibilização para Mário Soares e o PS. Foi ainda retaguarda depois da Revolução, revelando-se um apoio importantíssimo na condução da estratégia de Soares e do seu partido durante o PREC. E a Europa foi horizonte enquanto configuração de um quadro de valores políticos, enquanto projeto de unidade. Neste âmbito, representou no pensamento *soarista* um modelo para o futuro de Portugal, um caminho alternativo ao que oferecia o Estado Novo.

Por outro lado, um nível de relação suporta o outro. Ou seja, é porque Mário Soares veicula uma ideia europeísta (Europa como horizonte) que se torna um líder credível para os seus pares europeus. É revelando um pensamento político que enquadra a Europa como horizonte, divulgando a sua ideia europeia, que ele consegue ganhar a retaguarda da Europa, a confiança e o apoio na hora necessária.

1 - A Europa a Leste: breve passagem pelo comunismo

Mário Soares começou por ingressar no Partido Comunista Português (PCP), através das Juventudes Comunistas, por volta de 1941 quando entra para a Universidade de Lisboa, integrando rapidamente as campanhas em clubes políticos e comissões operárias¹. A sua expulsão do partido ficou evidente em 1951, com a publicação de um artigo no *Avante*, motivado por várias atitudes e divergências. Interessa entender, para este estudo, se durante a fase em que está afeto ao PCP, Soares teorizou um projeto para Portugal à luz do ideário comunista. Na pesquisa efetuada, não se encontraram quaisquer evidências disso.

¹ Teresa de Sousa, *Os Grandes Líderes, Mário Soares*, São Paulo: Editora Nova Cultural, 1988, p. 26.

As motivações do jovem Soares para se ter alistado ao partido foram eminentemente práticas. “Havia qualquer coisa de novo na metodologia comunista que me tocava profundamente e que não encontrara em nenhum outro lado: *o apelo à ação!*”²

Em Portugal, o combate visível à ditadura era efetivamente garantido pelo PCP, que liderava a oposição a Salazar, como única estrutura verdadeiramente organizada como partido, o único mobilizador, que oferecia realmente uma ação oposicionista, galvanizada pela vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial. Os questionamentos relativamente aos princípios de base comunistas “passavam para segundo plano perante as exigências da luta contra a ditadura.” E era nisso que “os comunistas eram únicos: combatiam sem medo e dedicadamente.”³ Mas esta vertente prática do PCP não foi suficiente para abafar as incógnitas que acercavam a mente do jovem Soares, que ia conhecendo a literatura denunciadora dos crimes de Estaline. Simultaneamente, as discórdias internas com a organização partidária, pelo impulso de decisão cada vez mais autónoma do jovem militante, levam à sua expulsão do partido, quando já estava latente a insatisfação ideológica com o comunismo. Mas quando procurava uma alternativa, quando partilhava as dúvidas com os amigos, também não lhe agradava a opção do imperialismo. “Dividido por opções inelutáveis”, o seu “desejo seria não ter de escolher ou, pelo menos, poder adiar essa escolha inevitável.”⁴ Será a sua primeira viagem a Paris que lhe anuncia a alternativa, com as leituras do *Le Nouvel Observateur*⁵, o neutralismo.

2 – A descoberta de uma terceira via: o neutralismo e a social-democracia

De inspiração socialista, o jornal francês *Le Nouvel Observateur* oferecerá a Soares uma terceira via, que não se coaduna com a bipolarização de ideias que lhe era colocada até então. Soares descobre o caminho do neutralismo europeu, teorizado pela social-democracia europeia e, particularmente, pelo Partido Socialista francês, que advogava para a Europa o exercício de um papel neutral e de equilíbrio, concretizado através de uma comunidade

² Mário Soares, *Portugal Amordaçado*, Lisboa, Arcádia, 1974, p. 29.

³ Mário Soares in Maria João Avillez, *Soares, Ditadura e Revolução*, entrevista a Mário Soares, Público, 1996, p. 64.

⁴ Mário Soares, *Portugal ... cit.*, p. 168.

⁵ Idem, *ibidem*.

européia mediadora, não vinculada à imposição da Guerra Fria, nem ao esquema ideológico capitalista nem ao comunista⁶.

O jornal francês fê-lo refletir sobre a possibilidade de abdicação das posições de Moscovo e Washington e da existência de um caminho diferente. Tal implicava, por um lado, “demarcar uma fronteira clara entre a esquerda socialista e o totalitarismo comunista” e, por outro, “o atlantismo anticomunista, *à outrance* (...)”⁷ Este é o início do caminho futuro que Soares traçará para a oposição à ditadura, o despoletar da sua formação política de centro-esquerda e da conceção de uma alternativa pacifista à rivalidade bipolar internacional.

E como é que, partidariamente, Soares caminha nesse sentido em Portugal? Com a comum descrença no PCP, Ramos da Costa, Francisco Salgado Zenha e Piteira Santos abandonam, pela mesma altura, o partido e, juntando-se com antigos membros da União Socialista, constituem com Mário Soares, por volta de 1953⁸, a Resistência Republicana (RR), grupo sem clareza ideológica, mas com a orientação de redefinir a esquerda em Portugal. Dez anos depois, perante um contexto interno de indefinição, com a crescente visibilidade do socialismo democrático na Europa e a pressão dos membros do exterior, a RR agrega o termo socialista, passando a designar-se Resistência Republicana e Socialista. Deste modo, ostenta a sua tendência de organização de centro-esquerda⁹, demarcando-se do conservadorismo republicano. Um ano depois, em Genebra, é formada a ASP, por Mário Soares, Ramos da Costa e Tito de Morais.

A ASP emana da RR e inicialmente, ainda fruto da indefinição dos seus próprios promotores e também de uma estratégia para conquista de espaço eleitoral à esquerda comunista, a organização é politicamente indefinida, situando-se entre simpatias pelo socialismo democrático e louvores “à revolução socialista soviética como um marco fundamental na história da humanidade.” Defendia um socialismo humanista e repudiava “os movimentos que dizendo-se socialistas ou social-democratas acabam por servir, deliberadamente ou de facto, os interesses do capitalismo internacional e do imperialismo.”¹⁰

⁶ Cf. Byron Criddle, *Socialists and European Integration. A study of the French Socialist Party*, Library of Political Studies, New York, Humanities Press, pp. 31-38; Pascal Delwit, *Les Parties Socialistes et l'intégration Européenne*, Bruxelles, Éditions de L'Université de Bruxelles, 1995, pp. 57-61; 193-198.

⁷ Mário Soares in Maria João Avillez, *Soares, Ditadura ...* cit., p. 104.

⁸ Cf. Fernando Rosas; J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, volume II, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 935-939; Susana Martins, *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*, Cruz Quebrada, Casa das Letras, 2005, pp. 39-68.

⁹ Cf. Susana Martins, ob. cit., pp. 86-93.

¹⁰ “Declaração de Princípios da ASP”, in *Para Uma Democracia Socialista em Portugal, Textos ASP, 1970*, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, 329 (469) “1960/1970” ACC, pp. 5-10.

Ramos da Costa e Tito e Moraes ficariam responsáveis pela estruturação da organização no exterior e Mário Soares pelo interior. Não se pretendia que a ASP fosse uma organização de exílio apenas, mas o estrangeiro era uma componente estratégica importante dos seus promotores, cada vez mais conscientes da necessidade de internacionalizar uma oposição não comunista portuguesa. Ramos da Costa ia tendo essa percepção, crescente depois da formação da ASP. Soares, no interior, mas em constante ligação com Ramos da Costa, concluía o mesmo. As experiências internacionais enquanto advogado da família Delgado e a deportação para São Tomé abrem-lhe uma projeção internacional e um leque de contactos externos úteis. Era necessário contrariar a propaganda externa de Salazar, beneficiária dos traumas da Guerra Fria: a de que perante a queda do regime a única força em Portugal era o PCP.

2.1 - Demarcar-se do PCP para chamar a atenção da Europa

A estratégia de demarcação do PCP fica evidente no final da década de 60. Com o seu regresso de São Tomé¹¹, Soares empenha-se em demonstrar a existência de uma força de oposição independente da comunista, de inspiração ideológica socialista. Assim, em finais de 1968, escreve o manifesto “À Nação”, assinado por várias personalidades assumidas como “socialistas”, para apresentar ao país a base de um programa eleitoral que não aceita o “socialismo totalitário”¹². O objetivo é construir e divulgar uma base de oposição não comunista, capaz de captar as simpatias europeias. A estratégia fica evidente nas eleições para a Assembleia Nacional em 1969. No II Congresso da Oposição Democrática em Aveiro, a ASP decide formar listas independentes do PCP para as eleições, através da constituição da CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática).

A formação de listas próprias marca “a clara autonomia estratégica face ao PCP”, com a intenção de captar a atenção da Europa. “Conseguimos mobilizar a opinião de esquerda e centro-esquerda e podemos contar com o apoio, pela primeira vez, explícito, da social-democracia europeia.”¹³ Já antes das eleições, no mesmo ano, Mário Soares discursa no Congresso de Eastbourne, da Internacional Socialista (IS)¹⁴, momento para dar a conhecer os socialistas portugueses e denunciar a ditadura. Na ocasião, é aprovada uma resolução de

¹¹ Para onde tinha sido deportado.

¹² “À Nação” (dezembro de 1968), in Mário Soares, *Escritos Políticos*, Editorial Inquérito, Quarta Edição, Lisboa, 1969, pp. 209-228.

¹³ Mário Soares in Maria João Avillez, *Soares, Ditadura ... cit.*, p. 224.

¹⁴ Perante as suas palavras, “os delegados levantaram-se e aplaudiram-no durante vários minutos.” Hans Janitschek, *Mário Soares, Portrait of a Hero*, London, George Weidenfeld & Nicolson Limited, 1985, p. 31.

apelo à solidariedade de todos os partidos para com a causa dos socialistas portugueses e a IS decide também enviar uma comitiva para observar as eleições. Será o próprio secretário geral da IS, Hans Janitschek, a deslocar-se ao país, mas a comitiva é expulsa três dias depois de chegar a Lisboa. Apesar de derrota de CEUD, as eleições clarificam a ideia de Soares: a urgente campanha do socialismo português na Europa e a contínua demarcação do PCP¹⁵.

Nos finais da década de 60, em muito pelo mérito do trabalho internacional de bastidores de Ramos da Costa e Tito de Morais, a ASP começa a sentir, nos finais da década de 60, os efeitos da sua projeção europeia. Em 1970, Soares é convidado para proferir uma conferência na presença da vice-presidente da *The International League for Human Rights*, no Oversea Press Club, em Nova Iorque, num discurso muito mediatizado, através da agência Reuters, a denunciar a política colonialista do Estado Novo e a irreabilidade da “Primavera Marcelista”¹⁶. Ainda no mesmo ano, é convidado a discursar na Assembleia do Conselho da Europa, sobre o tema direitos humanos¹⁷. No dia 17 de abril, Soares dirige o seu “Statement”¹⁸ ao Conselho da Europa, com uma mensagem a incidir na violação dos direitos humanos em Portugal e na desconstrução da ideia de abertura da “Primavera Marcelista”.

Nas incursões europeias, a retórica *soarista* reflete dois objetivos de ação oposicionista: a denúncia dos atos do regime, acusando-o de violação de direitos humanos - angariando apoio internacional para a sua condenação e aumentando assim a sua pressão; e a afirmação de uma força de oposição não comunista em Portugal, que perfilha do ideário do socialismo democrático, incluindo, a unidade europeia. A Conselho da Europa, que havia sido esperança de ser um embrião para uma unidade política europeia - mas cujos impasses intergovernamentais, nomeadamente da Inglaterra, acabaram por minar as propostas para

¹⁵ “Sempre pensei que uma das razões da longa permanência do salazarismo, resultou da situação de isolamento internacional das forças democráticas (...). A oposição democrática, isolada de todos os contactos com a Europa, inteiramente desconhecida no estrangeiro, viveu, até há muito pouco tempo, numa espécie de gueto político. (...) as únicas ligações, no plano político, que se foram estabelecendo entre a Oposição Portuguesa e os meios democráticos e progressistas europeus seguiam normalmente os canais comunistas ou para-comunistas.” Mário Soares, *Portugal ... cit.*, p. 534.

¹⁶ Mário Soares, “Conferência de Imprensa no Overseas Press Club”, in Mário Soares, *Escritos do Exílio*, Amadora, Bertrand, 1975, pp. 29-36.

¹⁷ Carta do Comité de Países Não Membros da Assembleia Consultiva do Conselho da Europa, dirigida a Mário Soares, em 6.03.1970, endereçando-lhe um convite do Professor Hofer, secretário do Comité de Países Não Membros, para estar presente numa reunião do comité, no dia 24 de março, no qual se está a preparar um relatório sobre os direitos humanos em Portugal, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02390.000, imagem 3, Casacomum.org (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93428, acedido em 02.05. 2014).

¹⁸ Mário Soares, “Statement by Mr. Mário Soares”, declaração na Assembleia Consultiva do Conselho da Europa, 17.04.1970, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02390.000, imagens 69-75, Casacomum.org (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93428, acedido em 02.05. 2014).

implementar uma capacidade de decisão supranacional na instituição - veio a ser consequente numa área mais consensual de decisão, os direitos humanos¹⁹.

Dirigindo-se a uma instituição desta natureza, Soares confere-lhe no seu discurso uma responsabilidade acrescida na luta contra as ditaduras. “Porque vocês são os defensores da liberdade e legalidade democrática. Por isso, temos a certeza de que ao ajudarem Portugal não esquecerão que estão a ajudar, ao mesmo tempo, a democracia.”²⁰ Mas não deixa de parte a oportunidade para a promoção da força socialista portuguesa e a sua implícita identificação com a construção europeia: “Nós, como democratas, desejamos juntar-nos à Europa – por ser do nosso interesse, assim como, do interesse da Europa democrática (...).”²¹

a) A simpatia pela Europa e pelo projeto unitário europeu

O interesse pela Europa enquanto projeto comunitário começa efetivamente a ficar patente no discurso de Soares e nas movimentações da ASP ao longo da década de 60. Ramos da Costa estabelece vários contactos com o Movimento Europeu²², no sentido de criar uma delegação portuguesa da organização. Após diversas diligências²³ com o secretário-geral do Movimento, acorda-se o objetivo de reunir assinaturas em Portugal de representantes de três correntes políticas democráticas, para formalizar o pedido da criação de uma representação portuguesa. Mário Soares fica incumbido da tarefa²⁴. Em 1966, consegue as assinaturas

¹⁹ Cf. António Martins da Silva, *História da Unificação Europeia: a integração comunitária (1945-2010)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 51-57; Rogelio Pérez-Bustamante; Juan Manuel Uruburu Colso, *História da União Europeia*, Coimbra, Coimbra Editora, 2004, pp. 58-60.

²⁰ Mário Soares, “Statement by Mr. Mário Soares”, cit.

²¹ Idem, *ibidem*.

²² O Movimento Europeu constitui-se após a realização do Congresso da Haia, em 1948, com o intuito de coordenar os diferentes movimentos emergentes do pós-guerra, que defendiam a união da Europa. Cf. Dusan Sidjanski, *O Futuro Federalista da Europa, a Comunidade Europeia das origens ao Tratado de Maastricht*, Lisboa, Gradiva, 1996, pp. 29-33

²³ Ramos da Costa troca várias cartas e contacta pessoalmente com o secretário-geral do Movimento Europeu, Robert van Schendel. Francisco Ramos da Costa, Correspondência, Pasta 04285.005, imagens 3,4,6,10, CasaComum.org, (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_80538 , acedido em 2014-5-1).

²⁴ Em 1963, Ramos da Costa envia várias cartas a Mário Soares com esse intuito. Carta de Ramos da Costa dirigida (presumivelmente) a Mário Soares, 14.02.1963, Francisco Ramos da Costa, correspondência, pasta 04281.003, imagens 7-8, CasaComum.org, (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_80638 , acedido em 01.05.2014) . Em correspondência no mesmo ano, Ramos da Costa volta a frisar a urgência do assunto: Cartas de Ramos da Costa a Mário Soares, 29.05.1963 e 3.11.1963, Francisco Ramos da Costa, Pasta: 04281.003, imagens 15, 33, CasaComum.org, (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_80638 , acedido em 01.05.2014).

necessárias²⁵, mas a presumível desistência posterior de um dos signatários leva ao desalento de Ramos da Costa²⁶ e a intenção não é concretizada durante a ditadura²⁷.

O interesse do Movimento Europeu para a ASP parecia, nesta altura, estar particularmente vinculado a uma vertente utilitária, sendo mais uma forma de exercer vigilância para a manutenção do afastamento do regime de uma possível integração em órgãos comunitários²⁸. Mas a Europa e a construção comunitária não serviam apenas uma estratégia pragmática de oposição, como fica expresso em intervenções de Soares. O seu discurso, na década de 60, manifesta uma simpatia pelos padrões económicos e políticos europeus e pelo projeto comunitário.

Nos inícios da década de 60, a ideia de Europa veiculada por Mário Soares é ainda embrionária, mas vai-se progressivamente definindo. Soares vê no continente um modelo de desenvolvimento económico, contrastante com a situação portuguesa. “A expansão económica da Europa Ocidental (...) toca-nos por uma forma ínfima. E todo o nosso sistema económico-político é repulsivo das conceções dominantes na Europa Ocidental.”²⁹ Ao considerar o quadro europeu como referência, subentende-se a necessidade de mudança de regime, cuja ausência de democracia é causa do subdesenvolvimento português. “Com efeito, sem uma reforma profunda das estruturas, das mentalidades e dos hábitos, e sem uma larga preparação do país ao ritmo europeu, o que implica, desde logo, a supressão do sistema corporativo, com o seu dirigismo económico e os múltiplos condicionalismos, a existência de sindicatos livres e o reconhecimento da livre iniciativa sem protecionismos a certos monopólios (conseguidos à sombra do poder político) como, sem isso, Portugal poderá

²⁵ Carta de Mário Soares a Ramos da Costa, 07.02.1966, Francisco Ramos da Costa, Correspondência, pasta 04281.007, imagem 6, CasaComum.org, (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_80634, acessado em 01.05.2014).

²⁶ Carta de Ramos da Costa a Tito de Morais, 02.02.1970, Francisco Ramos da Costa, Correspondência, pasta 04280.007, imagem 13, CasaComum.org (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_80620, acessado em 01.05.2014).

²⁷ Segundo testemunho de Mário Soares à delegação portuguesa do Movimento Europeu. “Breve testemunho por Mário Soares” (<http://www.movimento-europeu.eu/testemunhos.html> consultado em 31.03.2014). Só em 1980 se funda o Conselho Português do Movimento Europeu. “O Movimento Europeu em Portugal” (http://www.movimento-europeu.eu/apresentacao_a.html, consultado em 31.03.2014).

²⁸ Esse foi o objetivo de Ramos da Costa no Congresso do ME em 1965, para o qual foi convidado e onde se discutia o possível convite a países da EFTA para integrarem o MC. Ramos da Costa frisou a imprescindibilidade da democratização de Portugal para tal. Carta a Tito de Morais, 13.10.1965, Francisco Ramos da Costa, correspondência, pasta 04280.004, imagem 102, CasaComum.org (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_80613, consultado em 01.05.2014).

²⁹ “Nos 40 Anos do Estado Novo – Um Projeto”, abaixo-assinado, dirigido ao Presidente da República, em 1966, redigido por Mário Soares, Arquivo Mário Soares, pasta 00002.000, imagens 71-97; CasaComum.org (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93313, acessado em 1.05.2014). Ideia presente noutras manifestações: Mário Soares, “Uma Entrevista que não foi publicada”, entrevista de Raul Rego, 1968, Arquivo Mário Soares, pasta 00031.000, imagens 66-80, Casacomum.org (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93344, acessado em 1.05.2014); “À Nação”, manifesto redigido por Mário Soares e subscrito por vários socialistas, in Mário Soares, *Escritos Políticos*, 4ª edição, Lisboa, Editorial Inquérito, pp. 209-228.

integrar-se, ou por qualquer forma associar-se aos países democráticos e de economia liberal que constituem o mercado comum?”³⁰

Por esta altura, já a CEE dava os primeiros passos, com os ensaios para a implementação do Mercado Comum e da PAC³¹, mas nem só de economia era feito o debate. A discussão em torno do futuro político das organizações comunitárias e da própria Europa continuava. Através das crónicas Fogo Solto, que escreve para o jornal *República*, Soares demonstra estar a par da discussão, evidenciando uma visão sobre o futuro papel internacional da Europa, que pressupõe “a necessidade de construir, efetivamente, a Europa, sem exclusão da Inglaterra, porque só a Europa poderá ser um factor de estabilização política essencial num mundo dividido e que os dois super grandes cada vez menos controlam e que se revela cada vez mais sujeito a vários pólos de atração.”³² Denota-se a noção de uma função mediadora para a Europa no mundo e uma oposição à política *gaullista* que por esta altura se impunha nas Comunidades Europeias³³.

Em crónicas seguintes, Soares volta a frisar o neutralismo europeu como orientador para o futuro do continente e do mundo, defendendo que “a ‘comunidade se deverá estender aos outros países democráticos da Europa’ e na reunião dos alemães (e não da Alemanha!) no quadro de uma política de coexistência pacífica; propugnando uma política de relações de igualdade entre a Europa e a América para a definição duma estratégia comum global – a declaração de Bonn da Comissão para os Estados Unidos da Europa revela uma preocupação de realismo que importa destacar.”³⁴ Mas que Estados Unidos da Europa defende Soares. A ambiguidade da expressão, que tão bem ficou manifesta na discussão do pós-guerra sobre a unidade europeia, não nos permite, só por si, concluir que a significação desta expressão para Soares está no federalismo. Será já no exílio que encontraremos clarificações. Até onde deve ir a integração de Portugal no Mercado Comum? Como concebe ele esse Mercado Comum?

³⁰ “Nos 40 Anos do Estado Novo – Um Projeto”, abaixo-assinado, dirigido ao Presidente da República, em 1966, redigido por Mário Soares, Arquivo Mário Soares, pasta 00002.000, imagens 71-97, Casacomum.org (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93313 , acedido em 1.05.2014). Ideia presente noutras manifestações de Soares.

³¹ Cf. Marie-Pierre Crozet, *Précis sur l’Union européenne*, Paris, ellipses, 2007, 25-35.

³² Mário Soares, “Fogo Solto – Direitos do Homem”, crónica para o jornal *República*, 26.02.1964, Arquivo Mário Soares, pasta 02263.002, imagens 42,43, CasaComum.org (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93331 , acedido em 01.05.2014) (A crónica foi cortada pela censura).

³³ Nomeadamente com o veto à candidatura britânica à adesão e a pretensão de construir a sua Europa dos Estados. Cf. Bino Olivi, *L’Europe difficile: Histoire politique de la construction européenne*, Éditions Gallimard, 2007, pp. 61-101.

³⁴ Mário Soares, “Fogo Solto – Estados Unidos da Europa”, crónica para o jornal *República*, de 7.08.1964, Arquivo Mário Soares, pasta 02263.003, imagens 116,117 (crónica cortada pela censura), CasaComum.org (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93332 , acedido em 01.05.2014).

Os inícios da década de 70 trazem a consolidação do seu pensamento europeu e da estratégia de europeização do partido.

3 – Na Europa e pela unidade europeia: a alternativa credível à política externa do Estado Novo

O exílio será a derradeira oportunidade de europeização do pensamento do socialista português, da sua credibilização e do PS como alternativas de governação a um Portugal ditatorial. O discurso no Conselho da Europa foi a gota de água que levou a uma ordem de prisão da PIDE, face à qual Soares parte para o exílio, em Paris, em finais de 1970. Agora serão mais fáceis os contactos, as viagens, o acesso à informação. Será possível exercer uma diplomacia pessoal e partidária mais eficaz, um estudo mais frequente das questões europeias e uma aprendizagem mais consistente da vida política em democracia. Soares está agora na Europa a 100%. Estar lá fisicamente permitir-lhe-á estar mais ideologicamente com ela.

Em junho de 1972, a IS formaliza a aceitação da ASP como membro, no seu XII Congresso, onde Soares discursa.³⁵ Em 1973, a ASP consegue um lugar de observador no Grupo Socialista da Assembleia Consultiva do CE e assento como observadora nos VIII e IX Congressos do Bureau dos Partidos Socialistas das Comunidades³⁶. A vantagem de fazer evoluir a ASP para um partido torna-se cada vez mais evidente, concretizando-se a aspiração em 19 de abril de 1973, na Alemanha³⁷, com a constituição do Partido Socialista português. Soares, eleito secretário-geral, que em anos anteriores tinha considerado desvantajosa a constituição de um partido (pelo facto de retirar capacidade de captação mais abrangente de eleitorado) foi agora um dos fortes defensores da criação do PS, entrando até em choque com os membros do interior, pois percebera que, “como representante do partido disporia de um instrumento para falar de igual para igual com os restantes delegados da Internacional Socialista e que teria outros apoios.”³⁸

Entre as prioridades definidas estão, além da constituição de uma estrutura partidária, a doutrinação do partido, com Soares a considerar que apesar de já disporem de um observador junto da conferência dos partidos socialistas do CE, era necessário “ir muito mais

³⁵ Mário Soares, “Na Internacional Socialista”, discurso pronunciado no XII Congresso da Internacional Socialista, realizado em Viena de Áustria, 28.06.1972, in Mário Soares, *Escritos do Exílio*, cit., pp. 154-158.

³⁶ Cf. Susana Martins, ob. cit., pp. 196.

³⁷ Ata da reunião da fundação do PS, 19.04.1973, Arquivo Mário Soares, pasta 00022.000, imagem 3, CasaComum.org, (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93494 , consultado em 01.05.2014).

³⁸ Mário Soares, in Maria João Avillez, *Soares, Ditadura ...* cit., p. 256.

longe no conhecimento dos vários organismos de integração Europeia (...).”³⁹ Será no exílio que Soares consolida a importância da Europa comunitária na configuração de um projeto político para o futuro de Portugal e também na estratégia de oposição e na sua autopromoção como líder credível para a social-democracia europeia.

Os contactos com o Movimento Federalista Europeu (MFE) irão inserir Soares profundamente na discussão federal, de modo que a Europa enquanto ideal de unidade ocupará crescentemente um lugar estruturante no seu pensamento. Os contactos e a correspondência regular que recebe do MFE dão-lhe uma base de documentação relativa, por exemplo, à questões económicas e monetárias da Europa ou dos poderes do parlamento europeu⁴⁰, o que lhe permite aprender e desenvolver um sentido crítico e prospetivo sobre o projeto comunitário. Juntamente com as oposições espanhola e grega, Soares subscreve a proposta de lei do MFE para a “eleição direta dos membros nacionais do Parlamento Europeu”, prevendo a “extensão das suas competências”⁴¹. No ano seguinte, o Movimento aprova uma resolução que invoca o federalismo como propulsor do final das ditaduras europeias e do ansiado neutralismo europeu: “Apenas a criação de uma Europa unida, sobre uma base federal, permitirá o estabelecimento de uma política exterior e defensiva comum a toda a Europa. Assim se estabelecerão as condições para exercer uma pressão efetiva sobre os governos ditatoriais grego, português e espanhol, forçando-os a sair da sua atual dependência em relação aos Estados Unidos.”⁴²

Fica expressa a partilha de Soares das ideias federalistas do Movimento. Com base nestas experiências, constrói uma retórica de oposição através da ideia europeísta, caracterizando os socialistas portugueses como guardiães do projeto europeu para Portugal: “Se existe um socialismo europeu e ocidental somos nós que o representamos em Portugal. (...) Se Portugal tiver de se tornar europeu, é necessário que a Europa nos estenda a mão, que

³⁹ *Destruir o Sistema, Construir uma Nova Vida*, Relatório do Secretário-geral do PS, lido, discutido e aprovado em maio de 1973, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, 329 (469), pp. 69-70.

⁴⁰ Carta do Movimento Federalista Europeu, remetendo (...) “Plan par Etapes en vue de la Constitution d’un Etat Fédéré Européen, adopté par le 19ème Congrès de L’Europe-Union Deutschland”, realizado em Bona, em 11 e 13 de setembro de 1971, Bruxelas, 12.10.1971 e “L’Europe Economique et Monétaire Rapport Introductif de la Section II”, relatório de Guiseppe Petrilli apresentado ao Congrès de L’Europe, Bonn – Bundeshaus, 12.13.05.1972, Arquivo Mário Soares, pasta 02518.001, imagens 38-45, CasaComum.org, (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93457, consultado em 30.04.2014).

⁴¹ As oposições portuguesa, espanhola e grega veem ainda, no sucesso da iniciativa, um reforço da Europa democrática, com que contam “para os ajudar a reverter aquelas ditaduras”. Comunicado de Imprensa do Movimento Federalista Europeu, 29.10.1971, Arquivo Mário Soares, pasta 02518.002, imagem 162, CasaComum.org, (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93458, acedido em 01.05.2014).

⁴² “Resolução Relativa às Ditaduras do Mediterrâneo”, anexa à Ata da Reunião do Comité do Movimento Federalista Europeu, realizada a 6 e 7 de novembro de 1971, enviada em Carta do Movimento Federalista Europeu a Mário Soares, 02.02.1972, Arquivo Mário Soares, pasta 02518.001, imagens 9-27, CasaComum.org, (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93457, consultado em 01.05.2014).

nos ajude a sair do pântano.”⁴³ O sentido crítico relativamente à construção europeia aparece vinculado ao discurso do socialismo europeu: “Sou, portanto, um europeísta, mas sou pela Europa dos trabalhadores e não pela Europa dos *trusts*.”⁴⁴

Também se torna clara a definição do projeto para o futuro democrático de Portugal, que passará pela integração: “Enquanto Portugal não for dotado de instituições democráticas não lhe será consentido associar-se à Comunidade Europeia”, que “não é apenas uma associação de integração económica; é, também, uma associação política, que visa fins supranacionais e cuja unidade deriva do facto de todos os países que a compõem terem instituições democráticas.”⁴⁵

A partir de 1970, Soares consolida a sua estratégia de oposição na Europa, que configura uma política externa para Portugal oposta à do Estado Novo. A adesão do país à NATO, à OECE e a aceitação do Plano Marshall, embora indiciando uma abertura à Europa, significou meros refúgios do regime ante a falta de alternativas a um sistema de defesa eficaz num clima de Guerra Fria e a uma degradação económica crescente. A NATO, não implicando interferências políticas internas, foi a garantia que Salazar necessitava para aderir ao sistema de defesa atlântico⁴⁶. Deste modo, não se incompatibilizava com o imperativo da política externa salazarista, manter o país virado para o ultramar.⁴⁷

Também os atos de abertura económica do regime não representaram mais do que isso mesmo. A aceitação do Plano Marshall e a integração na OECE foram a *escapatória* possível a uma situação económica periclitante que impunha a Portugal a utilidade da oferta norte-americana.⁴⁸ Mesmo após o acordo comercial de 1972, assinado já sob o governo de Marcelo Caetano, e embora o regime já sentisse a emergência de opiniões consentâneas com uma

⁴³ Mário Soares (na qualidade de Secretário-geral), Ramos da Costa e Tito de Morais, “Rapport Confidentiel”, Comité Diretivo da ASP, sobre o quadro político português em 1972, 9.01.1973, Arquivo Mário Soares, pasta 00517.001, imagens 23-31, CasaComum.org (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93328 , consultado em 01.05.2014).

⁴⁴ In “Sou pela Europa dos Trabalhadores e não pela Europa dos Trusts, declarou Mário Soares à República”, provas tipográficas da entrevista a Mário Soares, cortada pela censura, 30.04.1972, Arquivo Mário Soares, pasta 00007.001, imagens 21-25, CasaComum.org (<http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=00007.001.002> , acedido em 01.05.2014).

⁴⁵ Mário Soares, “Portugal 73 – Entrevista concedida por Mário Soares a Avelino Rodrigues”, outubro de 1973, Arquivo Mário Soares, pasta 00517.001, imagens 185-198, CasaComum.org (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93328 , acedido em 01.05.2014).

⁴⁶ “Seja como for, sentimo-nos obrigados pelas obrigações do Pacto e pela sua finalidade geral, não por afirmações doutrinárias tendentes à uniformização de regimes políticos sobre cujas virtudes no nosso país estamos suficientemente esclarecidos.” A. de Oliveira Salazar, “Portugal no Pacto do Atlântico”, discurso proferido na Assembleia Nacional em 25 de julho de 1949, cit. in. António Martins da Silva, *Portugal e a Europa, distanciamento e reencontro*, Viseu, Palimage Editores, 2005, p. 297.

⁴⁷ Cf. António Martins da Silva, *Portugal e a Europa, distanciamento ... cit.*, pp. 264-304.

⁴⁸ Maria Fernanda Rollo, *Portugal e a Reconstrução Europeia no Pós-guerra: o Plano Marshall e a economia portuguesa nos anos 50*, Lisboa, Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007, pp. 170-201.

abertura à Europa, continuar-se-á a seguir os ditos de Salazar, com a alegada incompatibilidade de uma vertente política portuguesa de “feição atlântica”⁴⁹ com uma perspetiva europeia.

Soares vai contrariar este posicionamento português, negando tal dicotomia e refutando o colonialismo do regime. “O prosseguimento de uma certa política ultramarina conduziu o nosso país a dificuldades crescentes no plano internacional e a uma situação de isolamento internacional nunca antes experimentada e que ficou expressa na frase tristemente célebre ‘orgulhosamente sós’!”⁵⁰ Delineando uma política alternativa à do regime, através da integração europeia, Soares retoma assim as linhas europeístas republicanas portuguesas, que nos finais do século XIX, início do XX, foram permeáveis às tendências liberais da Europa. A insatisfação com o sistema monárquico leva vários republicanos, como Antero de Quental, Teófilo de Braga, Magalhães Lima e Teixeira Bastos, a conceber o federalismo como via progressista e solucionadora dos problemas do país. As referências ideológicas europeias e os modelos de associação ao velho continente, quer fosse através de um federalismo latino ou de um federalismo ibérico⁵¹, ofereciam uma via de prosperidade a Portugal.

Soares atualiza este pensamento, concebendo as comunidades europeias como o abrigo futuro de Portugal, assumindo-se como o timoneiro desta pregação europeia. O exílio é o desbravar de uma aprendizagem política e doutrinação teórica, que alicerçam o seu projeto para o futuro de Portugal e do pensamento sobre o futuro da Europa unida. Vários discursos, entrevistas, artigos em jornais, no exílio, manifestam a conceção desta Europa unitária como horizonte político para o futuro do país. Simultaneamente, os primeiros anos da década de 70 possibilitaram ainda a credibilização de Soares, a construção de imagem de um homem líder, de um político europeísta e à europeia. Soares convive com destacadas figuras da social-democracia europeia como Willy Brandt, François Mitterrand, James Callaghan e Olof Palme, entre outros. A intensa vivência do exílio foi não só um fator fragilizador de uma certa cumplicidade dos aliados para com o regime português, como também permitirá uma base de apoio, de retaguarda, importante ao PS durante o PREC. A

⁴⁹ Cit. in. Idem, *ibidem*, p. 393.

⁵⁰ Mário Soares, “Política Externa”, resposta a um inquérito promovido pela *Capital*, 14.10.1969, Arquivo Mário Soares, pasta 00032.000, imagens 51-52, CasaComum.org (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93343), acedido em 01.05.2014.)

⁵¹ Cf. António Martins da Silva, “Portugal e a Europa, o discurso europeu e federalista da monarquia à república”, in *Revista da História da Sociedade e da Cultura* 3, Centro de Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra, Palimage, 2003, pp. 197-260; Maria da Conceição Meireles Pereira, “Iberismo e Nacionalismo em Portugal da Regeneração à República. Entre a Utopia e a Distopia”, in *Revista de História das ideias*, vol. 31, Coimbra, FLUC, 2010, pp. 257-284; Angel Marcos de Dios, “Deux ibéristes différents: Antero et Unamuno”, in *Antero de Quental et l'Europe*, Actes du Colloque, Paris, 13,14.06.1991, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1993, pp. 137-146.

Europa já sabia da existência de uma força não comunista, que perfilhava das suas ideias, para crer no desfecho democrático da Revolução que permitisse manter o jogo de forças da Guerra Fria.

4 – Os frutos do exílio: a transição democrática portuguesa – a Europa na retaguarda

Toda esta estratégia e projeção europeia de Soares dará os seus frutos e resultará num forte apoio dos congéneres europeus, durante o PREC, para a continuação da estratégia socialista para Portugal.

4.1 – Reconhecimento europeu da revolução portuguesa: o contributo de Soares

Depois da Revolução 25 de Abril de 1974, Soares regressa a Portugal no emblemático comboio da liberdade. Spínola, que presidia à Junta de Salvação Nacional, pede-lhe para fazer o reconhecimento internacional da revolução. “A Revolução necessita de imediato reconhecimento internacional. Você tem numerosas amigas na Europa e no mundo. É o homem que nos vai abrir as portas.”⁵² Também Portugal começava a reconhecer a notoriedade que o socialista ganhara na Europa. Soares faz um périplo europeu, encontra-se com governantes e líderes partidários com quem já tinha estado no exílio, como François Mitterrand, membros do partido socialista e do governo belga, o primeiro ministro Harold Wilson, o Ministro dos Negócios Estrangeiros James Callaghan, os primeiros ministros da Holanda, da Suécia e da Finlândia, além de outros.

A Revolução ganhava outra credibilidade pela mensagem de Soares. Era necessário que uma figura de confiança da Europa garantisse o não domínio do MFA pelas forças comunistas e que simbolizasse a envolvência de outros quadrantes políticos em Portugal. Soares foi a personagem certa. Se à Europa este reconhecimento demonstrava que Soares, *o seu representante*, estava a ser considerado na condução política do processo revolucionário português, em Portugal também Soares saía credibilizado. E nos governos provisórios terá a oportunidade de continuar a estratégia para implementar o seu projeto europeu para Portugal.

⁵² In Teresa de Sousa, ob. cit., p. 70.

4.2 – O exercício de uma diplomacia “pessoal”

Soares ocupará o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo Provisório (cargo que manterá até ao III Governo Provisório) a convite de Spínola. Apesar de a pasta ser considerada subalterna relativamente aos ministros sem pasta, a visibilidade nacional e internacional que os negócios estrangeiros possibilitavam era muito mais importante para Soares, por isso ele próprio pediu a Spínola para ficar com essa pasta⁵³. Pormenor importante para quem pretendia continuar a captar visibilidade europeia e *trazer* a Europa para Portugal.

Na 1ª conferência de imprensa, no Palácio das Necessidades, Soares apresenta as diretrizes do novo posicionamento externo de Portugal: estrita fidelidade à Aliança Inglesa; fidelidade absoluta à aliança atlântica e uma aproximação ao Mercado Comum. Soares pode agora começar a colocar em prática o seu Portugal externo alternativo ao de Salazar, que vinha defendendo no exílio com os companheiros socialistas. Até 26 de março de 1975, data em que termina a vigência do III Governo Provisório (quando deixa a pasta dos negócios estrangeiros), Soares desdobra-se em saídas ao estrangeiro, entrevistas, visitas diplomáticas, com um discurso coerente com as linhas apresentadas inicialmente, contrapondo a nova orientação diplomática do país ao Estado Novo. Entre os discursos mais simbólicos está o proferido no Conselho da Europa, em 23 de setembro de 1974, com realce para a oposição presente/passado: “Quero deixar bem claro que o Portugal livre e democrático que estamos a construir, com grandes dificuldades, mas estimulados pela confiança generalizada do nosso povo, começa agora a sentir-se orgulhosamente acompanhado.”⁵⁴ Dias depois, na ONU, volta a vincar a ideia quebra com o passado e de abertura de Portugal à diplomacia internacional⁵⁵.

A mensagem de intensificação de relações com o Mercado Comum é frequentemente transmitida em discursos e entrevistas. Em junho de 1974, já se tinha encontrado, juntamente com o Primeiro-ministro, com dirigentes das Comunidades Europeias, para discutir o aprofundamento do acordo comercial com o Mercado Comum.⁵⁶ É apenas neste âmbito (relação com o Mercado Comum) que a relação de Portugal e a Europa se evidencia, nesta

⁵³ “No fundo, tratava-se de uma questão formal e os Negócios Estrangeiros convinham-me muito mais por outras razões: desenvolveria a minha rede de contactos internacionais, interviria nas questões de descolonização; e por outro lado, seria muito mais fácil adquirir notoriedade aos olhos do Povo Português através de maior visibilidade da pasta conferida pela televisão.” Mário Soares in Maria João Avillez, *Soares, Ditadura ... cit.*, p. 330.

⁵⁴ Mário Soares, “discurso pronunciado na 29ª sessão da Assembleia-Geral da ONU”, 23.09.1974, in Mário Soares, *Democratização e descolonização, dez meses de Governo Provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, p. 125.

⁵⁵ Idem, “discurso pronunciado na 29ª sessão da Assembleia-geral da ONU”, 23.09.1974, in Mário Soares, *Democratização ... cit.*, p.128.

⁵⁶ Idem, Conferência de Imprensa no Palácio das Necessidades, cit., pp. 97, 98.

altura, na mensagem de Soares, que não desenvolve explicações sobre a continuação dessa relação, no sentido de uma integração plena de Portugal. Soares, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros, não revela tudo o que pensa. São necessárias cautelas. No momento seria delicado defender a integração política de Portugal na CEE – numa época de transição política interna, em que os governos provisórios eram compostos por diversas forças partidárias, com sentidos diferentes relativamente ao tema.

Mas, por outro lado, foi esta dispersão partidária dos governos provisórios, que levava a uma certa indefinição programática relativamente à política externa, que deu margem a Soares para ir delineando uma diplomacia mais pessoal do que institucional. Foi nesta indefinição que foi encontrada margem para ir *levando a água ao seu porto*, mantendo a linha de pensamento que conduziu no exílio. Porém, é necessário que não se revele demasiado afirmativo na integração europeia de Portugal, para não abrir oposições desestabilizadoras. Apesar de os programas dos governos provisórios preverem a intensificação de relações comerciais e políticas com os países da CEE, persistia no seu seio uma linha “terceiro-mundista”⁵⁷, assente no aprofundamento de relações com os países saídos da descolonização.

Ao mesmo tempo que levanta o véu do que pretende para a futura política externa portuguesa, Soares continua a credibilizar o partido - “Quero que o partido socialista português ombreie orgulhosamente com os partidos socialistas britânico, francês, sueco e doutros países europeus, porque essa é a nossa única esperança de mantermos a democracia e de fazermos parte do grupo europeu. Estes partidos europeus estão prontos a ajudar-nos e a cumprir esta missão.”⁵⁸ – preparando-o, e a si próprio, como publicamente capazes para liderar um futuro governo em Portugal.

A Revolução portuguesa exerce assim um jogo de influências em dois sentidos. Soares ajuda à credibilização externa do 25 de Abril, mas o início do processo revolucionário propiciará também a derradeira acreditação europeia no comprometimento de Soares para com o desfecho da Revolução. Numa Europa ainda sob tensão da Guerra Fria, embora o PS já tivesse construído uma imagem de credibilidade e de alternativa ao PCP na oposição durante o exílio, duplas garantias eram necessárias. A Revolução acarreta o medo da instabilidade política no extremo Ocidente da Europa. O papel de Soares “seria essencial na hora de dar uma dimensão real da nova realidade portuguesa. As suas declarações, as suas

⁵⁷ Cf. Nuno Severiano Teixeira, “Entre a África e a Europa: a política externa portuguesa, 1890-1986”, in *Política Internacional*, Lisboa, Gradiva, nº 12, 1996, pp. 81, 82.

⁵⁸ Entrevista a Mário Soares, concedida à *Newsweek*, em 13.05.1974, in Mário Soares, *Democratização e...* cit., p. 38.

contínuas viagens, a sua comparência nos mais altos organismos mundiais, serviriam para transformar o passado desprezo internacional numa quase generalizada resposta de apoio e compreensão por parte do mundo.”⁵⁹

A estratégia do exílio é continuada, com a Europa a ocupar, no discurso de Soares, uma posição de horizonte para Portugal, enquanto quadro de valores democráticos e projeto económico em que o país se poderá integrar. Com a conturbação política do pós-25 de Abril, durante o PREC, a Europa passará a exercer um importante papel de retaguarda. Tal como Soares parte para a Europa quando descrente na oposição a partir de Portugal, agora, com dúvidas relativamente ao desfecho da transição democrática, virar-se-á novamente para a Europa, na busca de auxílio político e diplomático.

4.3 - Orgulhosamente Acompanhado: a Europa na retaguarda

É no processo de conturbação política da Revolução, com o PREC, que a ação anterior de Soares (para o que contribui também a de outros socialistas) se vai revelar crucial na angariação de apoios para os moderados portugueses frente ao comunismo. Após a renúncia de Spínola à Presidência da República e com a sucessão de Vasco Gonçalves a Palma Carlos, no cargo do primeiro-ministro, a ala esquerda radical vai ganhando força no MFA. No IV Governo Provisório, sob liderança de Vasco Gonçalves, Soares deixa os negócios estrangeiros para ficar como ministro sem pasta. Seguem-se vários episódios de conturbação, com a proposta comunista de unicidade sindical e o golpe de 11 de março. As eleições de 1975, para a Assembleia Constituinte, que dão a vitória ao PS, não vêm apaziguar o clima. Com as prisões arbitrárias, as nacionalizações, o caso República e o Verão Quente, o PS abandona o governo para se afirmar como partido com um programa alternativo, combatendo o gonçalvismo, mas apoiando-se no MFA. A estratégia passa novamente pela demarcação do PCP e pelo chamamento da Europa. E a retaguarda europeia manifestar-se-á.

O interesse da comunidade ocidental europeia é também fortemente motivado pelo facto de estar em questão a manutenção do equilíbrio de forças na Europa resultante do fim da Segunda Guerra Mundial. Era na figura de Soares que o Ocidente mantinha a grande aposta na manutenção do *status quo* europeu. “Eu considerava que os acontecimentos em Portugal eram muito alarmantes – por causa dos apelos que me eram feitos por amigos muito queridos e por causa da minha própria experiência e entendimento do assunto. A situação

⁵⁹ B. Diaz Nosty, *Mário Soares, o Chanceler Português*, Queluz de Baixo, Liber, s/d., p. 112.

poderia configurar uma ameaça às mudanças necessárias em Espanha e até provocar uma crise internacional.”⁶⁰ Willy Brand será um dos ativos intervenientes a nível diplomático sobre a questão portuguesa.

Além do auxílio monetário e logístico ao partido, que se fez sentir desde a Revolução por parte de vários partidos europeus⁶¹, destacamos aqui as ações diplomáticas dos congéneres do PS, intensificadas após os apelos de Soares perante o PREC. Numa reunião em Estocolmo, em agosto de 1975, na qual Soares está presente, “toda a social-democracia europeia, com a presença de vários Primeiros-ministros, criou um comité de apoio à democracia portuguesa, que dirigiu uma séria advertência aos soviéticos.”⁶² O grupo integrava nomes como Willy Brandt, Harold Wilson, Olof Palme, François Mitterrand e Van den Uyl, concordantes em que “a situação em Portugal requeria uma ação concertada por parte dos partidos socialistas da Europa Ocidental para impedir o país de ser tomado pelos comunistas.” O objetivo previa “ajudar o PS em Portugal a organizar-se para obter a máxima eficácia”, o que requeria “quer aconselhamento, quer assistência financeira canalizada através dos canais socialistas.”⁶³

Já desde anteriormente à agudização política do processo revolucionário, Soares vinha desenvolvendo contactos com os europeus, nomeadamente com Callaghan. Ao Ministro dos Negócios Estrangeiros inglês confia os problemas políticos da Revolução. Callaghan desloca-se a Portugal em fevereiro de 1975, para conversações com Vasco Gonçalves, Costa Gomes e o líder socialista.⁶⁴ Os apoios de outros políticos, como François Mitterrand, um dos companheiros permanentes, e de Willy Brandt também se fizeram sentir. A confiança e notoriedade que Soares havia conquistado no exílio e incrementado depois da Revolução garantiram-lhe uma resposta efetiva, da qual decorria a perceção da importância do PS para o Ocidente, nomeadamente para a estabilidade da Península. Os social-democratas europeus realizam “em muitos países da Europa campanhas abertas de angariação de fundos para o PS.”⁶⁵

A estratégia soarista para o futuro de Portugal beneficiará em larga medida da oportunidade do momento: a realização das Conferências de Helsínquia para assinatura dos

⁶⁰ Willy Brandt, *My Life in Politics*, London, Penguin Books, 1993, p. 316.

⁶¹ Cf. Juliet Antunes Sablosky, *O PS e a transição para a democracia*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, pp. 46-50.

⁶² Mário Soares in Maria João Avillez, *Soares, Ditadura* [...] cit., p. 475.

⁶³ Bonn, 15265, September 17, 1975, GFL, PCF, Box 11. Cit. in. Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá, *Carlucci vs. Kissinger, Os Estados Unidos e a Revolução Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 2008, pp. 290.

⁶⁴ *Portugal Socialista*, nº 27, de 13.02.1975.

⁶⁵ Sergei Yastrzhembskiy, *Mário Soares e a Democracia Portuguesa vistos da Rússia*, Lisboa, Temas e Debates, 2008, p. 72.

posteriores Acordos, que vinham propor um apaziguamento nas relações Este/Oeste. Assim, o desfecho da Revolução portuguesa interessava quer à Europa Ocidental, quer à URSS. Soares já se tinha encontrado em Moscovo com Gromyko, Ministro dos Negócios Estrangeiros, para fazer saber ao governo soviético que “Portugal não iria transformar-se numa nova Cuba da Europa”⁶⁶. Mas com a definitiva cisão da esquerda no processo revolucionário, Soares pede a mediação diplomática da Europa Ocidental, que usará o trunfo dos Acordos de Helsínquia para exercer pressão sobre o governo de Moscovo. O líder português escreve uma carta ao presidente da URSS, a pedir a não ingerência em Portugal. Willy Brandt levará a carta de Soares a Brejnev, alertando-o “do quanto se poderia tornar crítico um mau julgamento da situação da Europa do Sul” e explicando “o quanto a liderança soviética poderia ficar manchada nas relações Este/Oeste se pusesse um pé na costa ocidental da Península Ibérica.”⁶⁷ François Mitterrand fala também com Brejnev, alertando-o para o facto de a interferência de Moscovo colocar em causa os Acordos de Helsínquia e as relações Este/Oeste⁶⁸. A mensagem de Callaghan vai no mesmo sentido: “(...) Disse-lhe que a situação em Portugal era tão séria que Mário Soares temia ter de deixar Lisboa. Disse-lhe que se Cunhal tomasse o controlo da situação, a *détente* e Helsínquia estariam em grande perigo.”⁶⁹

Apostava-se no jogo de contra-forças da Guerra Fria para exercer influência sobre o desfecho moderado da situação portuguesa. É nas reuniões bilaterais, à margem da Conferência de Helsínquia que a Europa reforça a pressão diplomática a Moscovo e que consegue reverter a posição dos EUA, que não acreditavam numa solução moderada para Portugal e queriam aplicar sanções ao país, tendo chegado a considerar o isolamento de Portugal na NATO. Foi em Helsínquia que a persistência de Willy Brandt, Olof Palme, Aldo Moro, James Callaghan e Harold Wilson convence os EUA a tomar uma posição pública, levando o Secretário de Estado Norte-americano, no dia anterior à assinatura dos acordos, a avisar, em conferência de imprensa, que “uma atividade substancial levada a cabo por um país estrangeiro em Portugal, será considerada inconsistente com o espírito, e mesmo a letra,

⁶⁶ In Maria João Avillez, *Soares, Ditadura ...* cit., p. 379.

⁶⁷ Willy Brandt, cit., p. 316.

⁶⁸ Mário Soares, “Mitterrand visto de Portugal”, texto escrito em abril de 1995, para a revista *Nouvel Observateur*, in Mário Soares, *Intervenções 10*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996, pp. 205-210. Cf. Maria João Avillez, *Soares, Ditadura [...]* cit., p. 477.

⁶⁹ Hans Janitschek, cit., p. 79.

da declaração da Conferência sobre a Segurança e Cooperação Europeia”⁷⁰. Henry Kissinger avisa Moscovo para a não ingerência em Portugal.

A ocasião da realização desta conferência é o momento alto das pressões ocidentais a Moscovo. E no momento da assinatura dos acordos, em 1 de agosto de 1975, Harold Wilson levanta novamente o assunto com Brejnev. Depois de Conferência, James Callaghan volta a Moscovo, para falar com o presidente soviético, reforçando que Portugal seria um teste à *détente*.⁷¹ Simultaneamente, os aliados exerciam pressão sobre Costa Gomes, para que demitisse Vasco Gonçalves. Olof Palme demonstra ao presidente português estar a par das ações de Soares, referindo-se “às dificuldades que o Partido Socialista, que não escondia apoiar, vinha encontrando, com o caso *República*”. Palme defende que o MFA devia dividir a responsabilidade da transição democrática “com os partidos políticos mais representativos.” Uma alusão ao PS, o partido mais votado nas eleições para a Assembleia Constituinte. Helmut Schmidt manifestou a Costa Gomes as mesmas preocupações, depositando “confiança em Soares”⁷² e esperança de que a solução democrática para Portugal passasse pela representatividade do PS, sem esquecer as outras forças políticas representativas do eleitorado. As conversas repetiram-se no mesmo tom com Olof Palme e com o primeiro-ministro holandês.

É ante a possível eclosão de uma guerra civil, depois de Costa Gomes ter nomeado um novo primeiro-ministro, mas dando a Vasco Gonçalves o cargo de Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, que os EUA e os europeus começam a delinear um plano de apoio aos moderados. Numa reunião em Washington, entre EUA, França, Grã-Bretanha e a RFA, fica patente a disponibilidade para ajuda económica e militar aos moderados, quer unilateralmente, quer através de Comunidades Europeias⁷³. Nas reuniões e conversações, é expressa a significância da credibilidade que Soares tinha na Europa, para a determinação do apoio dos europeus. O representante alemão presente na reunião informa que o SPD já estava a apoiar moral e materialmente o “PS e ia continuar a fazê-lo”, apesar de estar também a

⁷⁰ In *Department of State Bulletin*, vol. LXXII, nº 1874, July-September, 1975, p. 316. Cit. in. Bernardino Gomes, cit., p. 270.

⁷¹ Cf. Dina Sebastião, Mário Soares e a Europa: pensamento e ação, dissertação de mestrado em História Contemporânea: economia, sociedade e relações internacionais, apresentada à Faculdade de Letras da UC, Coimbra, 2010, (<http://hdl.handle.net/10316/18136>, acessado em 30.04.2014), pp. 74-76.

⁷² In “Encontros Bilaterais de S.E. o Chefe de Estado, em 1.08.1975, em Helsínquia, onde se deslocou por ocasião da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia”, Francisco Costa Gomes, Documento de Arquivo, 1955-1994, Centro de Documentação 25 de Abril.

⁷³ Cf. Bernardino Gomes, cit., pp. 314-317.

ajudar o PPD. O diplomata refere estar-se a “apoiar ativamente o PS”, através da IS, sendo o PPD um “problema, pois não consegue decidir se quer ser socialista ou liberal.”⁷⁴

Soares é o rosto da confiança dos aliados na opção moderada para Portugal, que na eminência de uma guerra civil, acordam prestar auxílio económico a Portugal, ao que se seguiria o anúncio oficial da CEE, a 7 de outubro, sobre a concessão de um empréstimo de “187 milhões de dólares, através do Banco Europeu de Investimento a uma taxa bonificada.” Posteriormente, são os EUA a anunciar um pacote de 85 milhões de dólares de ajuda.⁷⁵ Perante a escalada para o 25 de novembro, os EUA preparam-se com um plano de contingência, para apoiar militarmente os moderados, através do VI Governo Provisório.⁷⁶ Igualmente, o governo britânico ofereceu auxílio logístico a Soares, para uma possível guerra civil.⁷⁷ Mas o desfecho do 25 de novembro acabou por ser pacífico.

A retaguarda europeia a Soares e ao PS, que se intensifica com o Verão Quente, relevou-se deveras importante para o desfecho do PREC. Não podemos concluir que esta diplomacia europeia tenha sido determinante para isso, mas foi certamente importante para equilibrar as forças internas e para o ganho de projeção e influência do PS em Portugal. “Os apoios externos ajudaram muito: mostraram ao PCP, ao contrário do que inicialmente se pensaria, que um passo a mais em direção ao abismo os arrastaria sem remissão para um desastre fatal. Por isso recuaram a tempo – mas ‘in extremis’ - , honra lhes seja ...”⁷⁸

Como já referido, esta dedicação europeia e norte-americana à situação portuguesa era motivada pelos próprios interesses geopolíticos do Ocidente. Mas para que os vários líderes europeus acreditassem na solução moderada para Portugal, foi determinante a ação de Soares no exílio e a continuação dela após a Revolução. Logo quando emergiram as primeiras divergências entre PS e PCP, nos inícios de 1975, Soares começa a dar conta da situação aos amigos europeus, em jeito de advertência e preparação para a necessidade de ajuda. Para trás, ficara um historial de relacionamento, de credibilização pessoal e partidária, de um PS inserido nos cânones políticos europeus. “Não apareceu ninguém que levantasse a

⁷⁴ In Memorandum of Conversation, September 16, 1975, NA, SDR, Entry 5339. Cit. in. Bernardino Gomes, cit., p.320.

⁷⁵ Memorandum of Conversation, September 16, 1975, NA, SDR, Entry 5339. Cit. in. Idem., pp. 321.

⁷⁶ “Outgoing Telegram, 278917, November 25, 1975”, FOIA. Cit. in. Idem., pp. 354.

⁷⁷ “A consumir-se a divisão entre o Norte e o Sul do país, o Reino Unido não só nos apoiaria politicamente, como colaboraria ainda com Portugal através de apoios concretos. Prometeram-nos fazer chegar rapidamente ao Porto combustível para os aviões e armamento.” Mário Soares, In Maria João Avillez, *Soares, Ditadura...* ob. cit., p. 491. “Fiz uso de todas as facilidades à disposição do Ministério dos Negócios Estrangeiros para apoiar a luta de Portugal pela democracia e, em conjunto com Mário Soares e uma mão cheia de outros, delineámos planos para o pior cenário de uma tentativa de revolução comunista (...).” James Callaghan, *Time and Change*, London, Collins, 1987, p. 362.

⁷⁸ António José Telo, *História Contemporânea – do 25 de Abril à Actualidade*, Vol. II, Lisboa, Editorial Presença, 2008, p. 204.

bandeira do socialismo democrático, que Tito de Morais, Ramos da Costa e eu levantámos em 1964.”⁷⁹ Aliado à credibilidade partidária, estava a demonstração de uma ideia europeísta para o país, que com o PS seria plenamente compatível com o sistema geopolítico ocidental e os desígnios da CEE.

A oposição europeia e europeísta de Soares ao Estado Novo trouxe uma dupla retribuição ao partido: permitiu-lhe crescer ideológica e organicamente, por um lado, e, por outro, credibilizar-se perante a Europa. “Mesmo antes da sua inclusão no Governo Provisório, o papel de Mário Soares seria essencial na hora de dar uma dimensão real da nova realidade portuguesa. As suas declarações, as suas contínuas viagens, a sua comparência nos mais altos organismos mundiais serviram para transformar um passado desprezo internacional numa quase generalizada resposta de apoio e compreensão por parte do mundo.”⁸⁰ Além de construir um nome político na Europa, Soares fizera também “amigos”, como tão frequentemente refere. A convivência e as cumplicidades vivenciadas no exílio denotam que a dose de esperança da Europa ocidental no PS, durante o PREC, reside muito na personalização em Soares. “Mário Soares, o seu Líder (do PS), era sem dúvida a figura política portuguesa mais conhecida e, embora exilado, ele era quem mais se aproximava de um líder nacional”⁸¹

Em Conclusão – “A Europa Connosco”: um presente com horizonte europeu

Desde que na oposição optou pela demarcação do PCP, Soares seguiu uma orientação linear nas diferentes lutas que travou. Quando o espaço interno oferecia poucas perspectivas de vitória, havia que virar-se para a Europa. Assim foi na oposição ao Estado Novo e depois da Revolução, perante a conturbação do PREC. No exílio, a Europa exercia esse papel de retaguarda e horizonte simultâneo. Era o terreno de acolhimento dos socialistas portugueses, onde se tornava possível concretizar uma oposição consequente. Mas a simultaneamente, a Europa era também horizonte: era nos seus valores, nos seus padrões económicos e políticos que Soares revia o futuro de Portugal, que, quando em democracia se deveria integrar nas Comunidades Europeias.

⁷⁹ Entrevista a Mário Soares, *O Independente*, 25.11.1988, in Mário Soares, *Intervenções 3*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 337-358.

⁸⁰ B. Diaz Nosty, cit., p. 112.

⁸¹ James Callaghan, ob. cit., p. 360.

Depois da Revolução, esta relação irá centrar-se na Europa como retaguarda, por todo o apoio já aqui dissecado durante o PREC. Mas depois do 25 de novembro, será a “Europa Connosco”, slogan de campanha do PS para as legislativas de 1976, que reflete a oficialização do partido pela sua opção europeia para o futuro de Portugal. Chegou a hora de concretizar a ideia antagónica à política “orgulhosamente só” do Estado Novo, construindo um Portugal aberto à Europa, cujos desígnios históricos se completariam com a adesão às então Comunidades Europeias. Neste presente, a “Europa Connosco”, que levará o PS à vitória nas eleições legislativas e à sua liderança no governo, a Europa continua lá, como horizonte – é hora de iniciar a formalização do processo de adesão de Portugal às Comunidades.

Bibliografia

BYRON, Criddle - *Socialists and European Integration. A study of the French Socialist Party*. 1st ed. New York: Library of Political Studies, Humanities Press, 1969. 115 p.

CROZET, Marie-Pierre - *Précis sur l'Union européenne*. Paris: ellipses, 2007. 302 p. ISBN 978-2-7298-3225-4.

DELWIT, Pascal - *Les Parties Socialistes et l'intégration Européenne*. Bruxelles: Éditions de L'Université de Bruxelles, 1995. 302 p. ISBN 2-8004-1114-7.

DIOS, Angel Marcos de, “Deux ibéristes différents: Antero et Unamuno.” In *Antero de Quental et l'Europe: Actes du Colloque: Paris, 13-14 juin 1991*. Paris: Foundation Calouste Gulbenkian, 1993. pp. 137-146.

GOMES, Bernardino; SÁ, Tiago Moreira de - *Carlucci vs. Kissinger. Os Estados Unidos e a Revolução Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 2008. 492 p. ISBN 978-972-20-365-97.

MARTINS, Susana - *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 2005. 249 p. ISBN 972-46-1589-8.

OLIVI, Bino - *L'Europe difficile: Histoire politique de la construction européenne*. Éditions Gallimard, 2007. 546 p. ISBN 978-2-07-034575-5.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles - “Iberismo e Nacionalismo em Portugal da Regeneração à República. Entre a Utopia e a Distopia.” In *Revista de História das ideias*. Coimbra: FLUC. ISSN 0870-0958. Vol. 31 (2010), pp. 257-284.

PÉREZ-BUSTAMANTE, Rogelio; COLSA, Juan Manuel Uruburu - *História da União Europeia*. Coimbra: Coimbra Editora, 2004. 281 p. ISBN 972-32-1291-9.

ROLLO, Maria Fernanda - *Portugal e a Reconstrução Europeia no Pós-guerra: o Plano Marshall e a economia portuguesa nos anos 50*. Lisboa: Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros. 2007, 729 p. ISBN 9789898140005.

ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.) - *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II. Venda Nova: Bertrand Editora. 1996. 1076 p. 972-25-1017-7.

SIDJANSKI, Dusani - *O Futuro Federalista da Europa. A Comunidade Europeia das origens ao Tratado de Maastricht*. Lisboa: Gradiva, 1996. 361 p. ISBN 972-662-417-7.

SILVA, António Martins - *História da Unificação Europeia: a integração comunitária (1945-2010)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. 374 p. ISBN 978-989-26-0057-4.

SILVA, António Martins - *Portugal e a Europa, distanciamento e reencontro*. Viseu: Palimage Editores, 2005. 476 p. ISBN 972-8999-11-9.

SILVA, António Martins - “Portugal e a Europa, o discurso europeu e federalista da monarquia à república.” In *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra: Centro de Sociedade e da Cultura, UC. ISSN 1645-2259. Nº 3 (2003) pp. 197-260.

SABLOSKY, Juliet Antunes - *O PS e a transição para a democracia*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000. 148 p. ISBN 972-46-1134-5.

SEBASTIÃO, Dina, Mário Soares e a Europa: *pensamento e ação*. Dissertação de mestrado em História Contemporânea: economia, sociedade e relações internacionais. Coimbra: FLUC, 2010. (Consult. em 30.04.2014) Disponível em~

WWW: < URL: <http://hdl.handle.net/10316/18136> >.

SOUSA, Teresa - *Os Grandes Líderes. Mário Soares*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1988. 144 p.

TEIXEIRA, Nuno Severiano - “Entre a África e a Europa: a política externa portuguesa 1890-1986”. *Política Internacional*. Lisboa: Gradiva. ISSN 0873-6650. Nº 12 (1996) pp. 54-83.

TELO, António José - *História Contemporânea – do 25 de Abril à Actualidade*. Vol. II. Lisboa: Editorial Presença, 2008. p. 399. ISBN 978-972-23-3720-5.

Fontes

Bibliográficas

AVILLEZ, Maria João - *Soares, Ditadura e Revolução, entrevista a Mário Soares*. Público, 1996. 544 p. ISBN 972-8179-11-1.

BRANDT, Willy - *My Life in Politics*. London: Penguin Books, 1993. 498 p. ISBN 0-14-014498-6.

CALLAGHAN, James - *Time and Change*. London: Collins, 1987. 584 p. ISBN 0-00-216515-5.

JANITSCHKEK, Hans - *Mário Soares. Portrait of a Hero*. London: George Weidenfeld & Nicolson Limited, 1985. 116 p. ISBN 0-297-78775-6.

NOSTY, B. Diaz - *Mário Soares, o Chanceler Português*. Queluz de Baixo: Liber, s/d, 188p.
SOARES, Mário - *Portugal Amordaçado*. 1ª ed. Lisboa: Arcádia, 1974. 728 p.

YASTRZHEMBSKLY, Sergei - *Mário Soares e a Democracia Portuguesa vistos da Rússia*. Lisboa: Temas e Debates, 2008. 120 p. ISBN 978-972-759-988-2.

Documentais

- “À Nação” (dezembro de 1968). In SOARES, Mário - *Escritos Políticos*. 4ª ed. Lisboa: Editorial Inquérito, 1969, pp. 209-228.

- Ata da reunião de fundação do PS, 19.04.1973. Arquivo Mário Soares, pasta 00022.000, imagem 3, CasaComum.org. (Em linha) (consult. em 01.05.2014). Disponível em WWW: < URL: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93494 >.

- “Declaração de Princípios da ASP.” In *Para Uma Democracia Socialista em Portugal, Textos ASP, 1970*. Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, 329 (469) “1960/1970” ACC.

- “Destruir o Sistema, Construir uma Nova Vida.” Relatório do Secretário-geral do PS, lido, discutido e aprovado em maio de 1973. Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, 329 (469).

- “Encontros Bilaterais de S.E. o Chefe de Estado, em 1.08.1975, em Helsínquia, onde se deslocou por ocasião da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia.” Francisco Costa Gomes, Documento de Arquivo, 1955-1994. Centro de Documentação 25 de Abril.

- Entrevista a Mário Soares, concedida à *Newsweek*, 13.05.1974. In SOARES, Mário - *Democratização e descolonização, dez meses de Governo Provisório*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1975, pp. 37-50.

- Entrevista a Mário Soares, *O Independente*, 25.11.1988. In SOARES, Mário - *Intervenções 3*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. pp. 337-358.

- “O Movimento Europeu em Portugal.” (Em linha) (Consult. em 31.03.2014) Disponível em WWW: < URL: http://www.movimento-europeu.eu/apresentacao_a.html >.

- “Nos 40 Anos do Estado Novo – Um Projeto”, abaixo-assinado, dirigido ao Presidente da República, em 1966, redigido por Mário Soares. Arquivo Mário Soares, pasta 00002.000,

imagens 71-97; CasaComum.org (Em Linha) (Consult. em 01.05.2014) Disponível em WWW: < URL: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93313 >.

- “Política Externa”, resposta a um inquérito promovido pela *Capital*, 14.10.1969, Arquivo Mário Soares, pasta 00032.000, imagens 51-52, CasaComum.org (Em Linha) (Consult. em 01.05.2014) Disponível em

WWW: < URL: (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93343)>.

- “Portugal 73 – Entrevista concedida por Mário Soares a Avelino Rodrigues”, outubro de 1973, Arquivo Mário Soares, pasta 00517.001, imagens 185-198, CasaComum.org (Em linha) (Consult. em 01.05.2014) Disponível em

WWW: < URL: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93328 >.

- “Sou pela Europa dos Trabalhadores e não pela Europa dos Trusts, declarou Mário Soares à República.” Provas tipográficas da entrevista a Mário Soares, 30.04.1972 (cortada pela censura), Arquivo Mário Soares, pasta 00007.001, imagens 21-25. Casa Comum.org (Em linha) (Consult. em 01.05.2014) Disponível em

WWW: < URL: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=00007.001.002> >.

SOARES, Mário - “Conferência de Imprensa no Overseas Press Club.” In Mário Soares - *Escritos do Exílio*. Amadora: Bertrand, 1975. pp. 29-36.

SOARES, Mário - “Na Internacional Socialista” - discurso pronunciado no XII Congresso da Internacional Socialista, realizado em Viena de Áustria, 28.06.1972. In SOARES, Mário, *Escritos do Exílio*. Amadora: Bertrand, 1975. pp. 154-158.

SOARES, Mário - “Statement by Mr. Mário Soares”, declaração na Assembleia Consultiva do Conselho da Europa, 17.04.1970. Arquivo Mário Soares, pasta 02390.000, imagens 69-75. CasaComum.org (Em linha) (Consult. em 01.05.2014) Disponível em WWW: < (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93428) >.

SOARES, Mario - “Breve testemunho por Mário Soares.” (Em linha) (Consult. em 31.03.2014) Disponível em WWW: < <http://www.movimento-europeu.eu/testemunhos.html> >.

SOARES, Mário (na qualidade de Secretário-geral); COSTA, Ramos da; MORAIS, Tito de - “Rapport Confidentiel”, Comité Diretivo da ASP, sobre o quadro político português em 1972, 9.01.1973. Arquivo Mário Soares, pasta 00517.001, imagens 23-31. CasaComum.org (Em linha) (Consult em 01.05.2014) Disponível em WWW: < http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93328 >.

SOARES, Mário - “Discurso pronunciado na 29ª sessão da Assembleia-Geral da ONU”, 23.09.1974. In SOARES, Mário - *Democratização e descolonização, dez meses de Governo Provisório*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1975. Pp. 123-137.

SOARES, Mário – Conferência de Imprensa no Palácio das Necessidades. In SOARES, Mário - *Democratização e descolonização, dez meses de Governo Provisório*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1975. Pp. 85-121.

SOARES, Mário - “Miterrand visto de Portugal.” Texto escrito em abril de 1995, para a revista *Nouvel Observateur*. In SOARES, Mário - *Intervenções 10*. Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996. pp. 205-210.

SOARES, Mário - “Uma Entrevista que não foi publicada”, entrevista de Raul Rego, 1968. Arquivo Mário Soares, pasta 00031.000, imagens 66-80, Casacomum.org (Em linha) (Consult em 1.05.2014) Disponível em WWW: < http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93344 >.

SOARES, Mário - “Fogo Solto – Direitos do Homem”, crónica para o jornal *A República*, 26.02.1964, Arquivo Mário Soares, pasta 02263.002, imagens 42,43. (A crónica foi cortada pela censura) (Em linha) (Consult. em 01.05.2014) Disponível em WWW: < http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93331 >.

SOARES, Mário - “Fogo Solto – Estados Unidos da Europa”, crónica para o jornal *A República*, de 7.08.1964. Arquivo Mário Soares, pasta 02263.003, imagens 116,117 (crónica cortada pela censura), CasaComum.org (Em linha) (Consult. em 01.05.2014) Disponível em WWW: < http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93332 >.

Cartas

- Francisco Ramos da Costa – Correspondência. CasaComum.org . (Em linha) (Consult. em 01.05.2014) Disponível em WWW: < URL: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_3128 >.

- Arquivo Mário Soares, Antes de 25 de Abril de 1974, Organismos Internacionais, Conselho da Europa. CasaComum.org (Em linha) (Consult. em 01.05.2014) Disponível em WWW: < URL: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_3092#!e_3189 >.

- Arquivo Mário Soares > Antes do 25 de Abril > Organismos Internacionais > Movimento Federalista Europeu. CasaComum.org (Em linha) (Consult. em 01.05.2014) Disponível em WWW: < URL: http://casacomum.net/cc/arquivos?set=e_3092#!e_3195 >.